

Governo submeterá ao Congresso acordo com o FMI

Negociações serão agora demoradas, pois a 7ª carta de intenções terá aprovação do Parlamento

As negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos credores da dívida externa brasileira vão ser muito demoradas, podendo se prolongar até o final do ano. E que o Governo brasileiro vai submeter pela primeira vez, à apreciação do Congresso Nacional as propostas técnicas relacionadas à sétima carta de intenções ao Fundo e também de reescalonamento plurianual da dívida brasileira -- o acordo inicial previa o reescalonamento de 45,3 bilhões, num prazo de 16 anos.

Caberá ao Congresso Nacional a última palavra sobre o assunto. O Executivo vê nisso um amadurecimento da posição brasileira, o que significa, em última palavra, um aumento do poder de barganha do País frente ao FMI e aos setecentos bancos credores. Em alguns gabinetes

do Congresso Nacional, lebrava-se no final de semana, que a atitude do Executivo brasileiro não será diferente da que costuma, por exemplo, ser tomada pelo Congresso dos Estados Unidos, quando são analisados empréstimos do orçamento daquele país a outros países.

PRESSÕES

O ministério econômico da Nova República está recebendo pressões do FMI para reiniciar logo as negociações. Existem sinais de impaciência dos bancos credores e até de algumas autoridades econômicas do Governo norte-americano com o impasse, segundo se apurou aqui em Brasília. O Governo brasileiro entretanto parece não estar muito preocupado com a situação, a tal ponto que não se sabe ainda a data da via-

gem da missão brasileira para Washington para retomar as discussões.

Há informações seguras de que o novo Governo pretende inclusive, rejeitar se o Congresso Nacional endossar, a negociação plurianual da dívida, porque isso envolveria um monitoramento das contas brasileiras por parte do Fundo Monetário Internacional além do prazo em que expira o programa de estabilização econômica acordado com o Brasil, ou seja, fevereiro de 86. Em relação a um acerto de uma nova carta de intenções com o Fundo, o Governo antevê muitas dificuldades em função de uma conhecida divergência sobre o realismo das metas estabelecidas. Informa-se que o governo anterior concordou sempre com metas impossíveis de cumprir, procedimento que o atual Governo quer evitar.